



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.º PUBLICADO NO D. O. U.  
C D. 08/06/1998  
C *stolnitsa*  
Rubrica

Processo : 10805.003680/90-22  
Acórdão : 203-02.138

Sessão : 26 de abril de 1995  
Recurso : 94.099  
Recorrente : LINS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.  
Recorrida : DRF em Santo André - SP

**DCTF - INFRAÇÃO CONFESSADA - Ausência de fatos e argumentos capazes de infirmar a peça básica. Nega-se provimento ao recurso.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**LINS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

**ACORDAM** os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.** Ausentes os Conselheiros Ricardo Leite Rodrigues e Mauro Wasilewski.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1995

Osvaldo José de Souza

**Presidente**

Sebastião Borges Taquary

**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Maria Thereza Vasconcellos de Almeida, Sérgio Afanásieff, Tiberany Ferraz dos Santos e Armando Zurita Leão (Suplente).

mdm/GB



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10805.003680/90-22

Acórdão : 203-02.138

Recurso: 94.099

Recorrente : LINS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

## RELATÓRIO

Por bem descrever os fatos, adoto e leio em sessão o relatório que compõe a decisão de fls. 29/33, onde, a autoridade singular decidiu pela manutenção integral do lançamento, assim ementando sua decisão:

**"MULTA REGULAMENTAR POR FALTA E/OU APRESENTAÇÃO DE DCTF's FORA DO PRAZO**

Impõe-se a Multa regulamentar prevista nos parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 11 do DL nº 1.968/82 e alterações posteriores, o não cumprimento da IN/SRF nº 120, de 24.11.89.

Mantém-se integralmente o lançamento."

Irresignada, a requerente interpôs recurso tempestivo de fls. 38/46, onde, basicamente, repisa as razões de defesa já expendidas na peça impugnatória.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10805.003680/90-22  
Acórdão : 203-02.138

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TAQUARY

A infração imputada à ora recorrente, LINS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., foi por esta confessada, eis que não negou ter deixado de cumprir aquela obrigação acessória apontada no auto de infração, onde dele exigiu a multa de 28.437,86 BTNF em 29.11.90.

O recurso voluntário é uma mera reedição da defesa, sem nada trazer, em fatos e fundamentos, capazes de infirmar a exigência, a qual se conforma com os termos da IN/SRF nº 120/89, sendo certo, por outro lado, que, aqui, não se aplica a regra do artigo 160 do CTN, bem como a do § 1º do artigo 695, do RIR/80.

Da decisão singular, colho, transcrevo e adoto como, também, minhas razões de decidir, os fundamentos constantes de fls. 32/33:

“O presente feito, corresponde a aplicação de multa regulamentar por falta e/ou atraso na entrega de DCTF's estabelecida na legislação mencionada nos parágrafos preambulares desta decisão, mais especificamente no Decreto-lei nº 1.968/82, art. 11 parágrafos, 1º, 2º e 3º, c/c a IN-SRF nº 120/89 e alterações posteriores.

Na peça impugnatória, o contribuinte, em nenhum momento negou os fatos apurados pelo Fisco e descritos no Termo de Verificação e de Constatação Fiscal de fls. 3/4, pelo contrário, confirmou o descumprimento de obrigação tributária acessória.

No que concerne a discussão sobre o prazo de 10 dias, concedido pela fiscalização para a apresentação das DCTF's, nada tem a haver com o disposto no art. 160 do CTN. Este se refere a vencimento do crédito lançado ou notificado, quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento.

O prazo assinalado na intimação de fls. 2, concedendo 10 (dez) dias, teve apenas o intuito de facilitar a localização, por parte do contribuinte, em seus arquivos, dos documentos que deveriam ter sido apresentados imediatamente.

O fato é que, a legislação pertinente à matéria em causa, isto é, a IN-SRF nr 120/89, no seu item 6 “b”, estabelece multa de 69,20 BTN Fiscal imposta pela falta de entrega ou pelo simples atraso na entrega da DCTF. Esta multa pode ser reduzida a 50% quando a declaração for apresentada fora do prazo, mas antes



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10805.003680/90-22

Acórdão : 203-02.138

de qualquer procedimento “ex-officio”, ou ainda dentro do prazo fixado em intimação para apresentação, nos termos dos item 6.2, “a” e “b”, da mesma IN-SRF citada. No caso sob análise, o contribuinte, mesmo notificado por intimação (no prazo de 10 dias) deixou de recolher espontaneamente a multa com o benefício da redução de 50%, ou seja, aguardou a Autuação neste procedimento fiscal, e procedeu a entrega das DCTF's faltantes somente em 29.11.90.

Sobre a questão do montante da multa imposta, verificando a demonstração efetuada no item 3 do Termo de fls. 3/4, elaborado pelo Fisco, “ex-vi” da legislação de regência, constata-se que a mesma foi aplicada adequadamente.”

Por todo o exposto e por tudo mais que dos autos consta, voto no sentido de negar provimento ao recurso voluntário, confirmando a decisão recorrida, por seus judiciosos fundamentos.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1995

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Sebastião Borges Taquary".

SEBASTIÃO BORGES TAQUARY